

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo,
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro
São Pedro e Teatro Caetano de Campos”
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos” em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



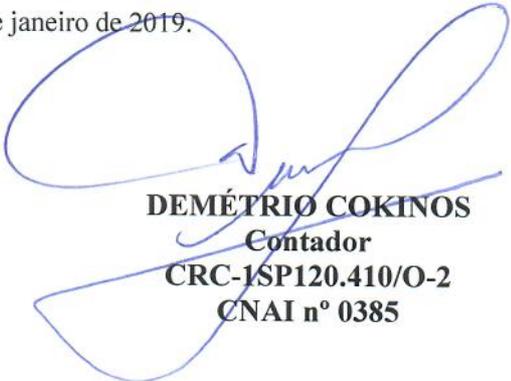
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2019.



COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0



DEMÉTRIO COKINOS
Contador
CRC-1SP120.410/O-2
CNAI nº 0385

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo,
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
BALANÇO PATRIMONIAL
 Em reais

ATIVO	N.E	2018	2017	PASSIVO	N.E	2018	2017
Circulante		7.685.981	6.960.117	Circulante		7.469.131	6.574.147
Recursos vinculados a projetos	(04)	7.160.718	6.501.264	Projetos	(10)	1.968.793	1.913.471
Contas a receber	(05)	305.288	250.067	Fornecedores		56.789	70.851
Adiantamentos diversos	(06)	103.687	101.235	Encargos sociais	(11)	45.327	46.402
Despesas antecipadas		28.962	19.729	Obrigações tributárias		36	-
Estoques	(09)	87.326	87.822	Férias e encargos a pagar		771.885	624.834
				Contas a pagar		27.461	6.023
				Provisão para contingências	(14)	623.777	409.981
				Fundos	(12)	3.975.064	3.502.585
				Adiantamento de Clientes		-	55.000
Não Circulante		1.964.587	2.556.064	Não Circulante		2.181.437	2.887.034
				Exigível a Longo Prazo		2.181.437	2.887.034
				Provisão para contingências	(14)	216.850	330.970
				Recursos aplicados em ativos permanentes	(13)	1.964.587	2.556.064
Permanente		1.964.587	2.556.064	Patrimônio Líquido	(16)	-	-
Imobilizado	(07)	1.964.587	2.556.064				
Intangível	(08)	-	-				
TOTAL DO ATIVO		<u>9.650.568</u>	<u>9.516.180</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>9.650.568</u>	<u>9.461.180</u>


Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
 CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo,
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		34.782.277	31.656.253
Receitas operacionais		34.058.200	30.930.503
Recursos do contrato de gestão	(17)	34.058.200	30.930.503
Outras receitas operacionais		724.077	725.749
Receitas financeiras		-	303
Depreciação	(07)	724.077	725.446
DESPESAS OPERACIONAIS		(34.782.277)	(31.656.253)
Despesas operacionais		(34.782.277)	(31.656.253)
Despesas com pessoal		(17.206.896)	(14.850.006)
Despesas com encargos sociais		(5.497.426)	(5.048.814)
Despesas administrativas		(5.157.975)	(4.720.101)
Depreciação	(07)	(724.077)	(725.446)
Serviços prestados por terceiros		(6.093.041)	(6.259.604)
Impostos e taxas		(102.862)	(52.280)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo,
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrimônio líquido			
No início do exercício		-	-
Resultado do exercício		-	-
No final do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo,
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
C.N.P.J. N° 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	34.782.277	31.656.253
Receitas do projeto (17)	34.058.200	30.930.503
Receitas financeiras	-	303
Depreciação (07)	724.077	725.446
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	11.251.016	10.979.705
Serviço de terceiros	6.093.041	6.259.604
Despesas administrativas e gerais	5.157.975	4.720.101
VALOR ADICIONADO BRUTO	23.531.261	20.676.547
RETENÇÕES	724.077	725.446
Depreciação (07)	724.077	725.446
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	22.807.184	19.951.101
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	22.807.184	19.951.101
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22.807.184	19.951.101
Pessoal e encargos	22.704.322	19.898.821
Impostos, taxas e contribuições	102.862	52.280
Resultado do exercício	-	-


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo,
 Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 (em reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	-	-
Depreciação e amortização	(07) 724.077	725.446
Provisão para contingências	99.676	121.424
Resultado ajustado	823.752	846.870
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(659.454)	2.472.016
Adiantamentos diversos	(2.452)	(26.931)
Outras contas a receber	(64.454)	(253.068)
Estoques	496	8.981
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	55.322	(2.784.879)
Fornecedores	(14.062)	(42.681)
Salários, férias e encargos sociais	145.976	137.596
Outras Contas a pagar	21.474	3.546
Adiantamento de clientes	(55.000)	55.000
Fundos	472.479	308.997
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	724.077	725.446
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(07) (132.600)	(367.378)
Baixas do ativo imobilizado	(07) -	10.439
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(132.600)	(356.939)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(591.477)	(368.508)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(591.477)	(368.508)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-


 Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


 Luis Roberto Teles
 CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social
Santa Marcelina**

**“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São
Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos”**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2018 e 2017



1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos. Que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

É responsável pela gestão do Programa Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim (EMESP Tom Jobim). O objetivo da Santa Marcelina Cultura é desenvolver um ciclo completo de formação musical integrado a um projeto de inclusão sociocultural, promovendo a formação de pessoas para a vida e para a sociedade. Desde maio de 2017, a Santa Marcelina Cultura também gere o Theatro São Pedro, desenvolvendo um trabalho voltado a montagens operísticas profissionais de qualidade aliado à formação de jovens cantores e instrumentistas para a prática e o repertório operístico, além de se debruçar sobre a difusão da música sinfônica e de câmara com apresentações regulares no Theatro.

Após a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 05/2017, através do Processo SC/1380279/2017, com a Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural, da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro – ORTHESP e Teatro Caetano de Campos, para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

Com 30 anos de atuação, a Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim) tem como objetivo a formação dos futuros profissionais da música erudita e popular. Com um corpo docente altamente qualificado, a EMESP vem construindo um projeto pedagógico inovador, com foco no ensino de instrumento, no convívio dos alunos com grandes mestres e nas práticas coletivas (música de câmara e prática de conjunto), além de disciplinas teóricas de apoio. Em constante diálogo com as principais instituições de formação musical do Brasil e do mundo, a EMESP oferece a cada ano centenas de shows, concertos, *workshops* e *master classes*. A EMESP Tom Jobim mantém um eixo de difusão artística complementar às atividades de formação com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de seus alunos e criar uma ponte entre o aprendizado e a profissionalização, além de fomentar a formação de público e a difusão da música em todas as modalidades. A EMESP mantém seis grupos artísticos: Banda Sinfônica Jovem do Estado, Coral Jovem do Estado, Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Orquestra Jovem do Theatro São Pedro e Academia de Ópera do Theatro São Pedro, que oferecem bolsas para os alunos da Escola. A EMESP Tom Jobim é uma escola do Governo de São Paulo gerida em parceria com a Santa Marcelina Cultura, Organização Social ligada à Secretaria de Estado da Cultura.

O Theatro São Pedro completou 100 anos com uma das histórias mais ricas e surpreendentes da música nacional. Inaugurado em uma época de florescimento cultural, o teatro se insere tanto na tradição dos teatros de ópera criados na virada do século XIX para o XX quanto na proliferação de casas de espetáculo por bairros de São Paulo. Ele é o único remanescente dessa época em que a cultura estava espalhada pelas ruas da cidade, promovendo concertos, galas, vesperais, óperas e operetas.

Nesses 100 anos, o Theatro São Pedro passou por diversas fases e reinvenções. Já foi cinema, teatro, e, sem corpos estáveis, recebia companhias itinerantes que montavam óperas e

operetas. Entre idas e vindas, o teatro foi palco de resistência política e cultural, e recebeu grandes nomes da nossa música, como Eleazar de Carvalho, Isaac Karabtchevsky, Caio Pagano e Gilberto Tinetti, além de ter abrigado concertos da Osesp.

Após passar por uma restauração, foi reaberto em 1998 com a montagem de *La Cenerentola*, de Gioachino Rossini. Gradativamente, a ópera passou a ocupar lugar de destaque na programação do São Pedro, e em 2010, com a criação da Orquestra do Theatro São Pedro, essa vocação foi reafirmada. Ao longo dos anos, suas temporadas líricas apostaram na diversidade, com títulos conhecidos do repertório tradicional, obras pouco executadas, além de óperas de compositores brasileiros, tornando o Theatro São Pedro uma referência na cena lírica do país. Agora, o Theatro São Pedro inicia uma nova fase, respeitando sua própria história e atento aos novos desafios da arte, da cultura e da sociedade.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial as Resoluções CFC nº 1404/12 (ITG 2002) e nº 1305/10 (NBC TG 07).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, são registrados em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens do contrato de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Banco conta movimento	-	188
Aplicações financeiras	<u>7.160.718</u>	<u>6.501.075</u>
	<u>7.160.718</u>	<u>6.501.264</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber

	2018	2017
Contas a receber – Ingressos espetáculos	<u>305.288</u>	<u>250.067</u>
	<u>305.288</u>	<u>250.067</u>

6 Adiantamentos diversos

	2018	2017
Adiantamento de férias	99.679	98.606
Outros	<u>4.008</u>	<u>2.629</u>
	<u>103.687</u>	<u>101.235</u>

7 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão 05/2017, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: *“Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão.”*

Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 073/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providencias da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

Descrição	Taxas	2018			2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos	10%	651.120	(402.882)	248.238	268.536
Móveis e utensílios	10%	635.199	(420.927)	214.272	263.032
Instrumentos musicais	10%	5.728.402	(4.304.226)	1.424.176	1.908.664
Ferramentas	10%	1.386	(1.200)	186	325
Computadores e periféricos	20%	883.236	(806.507)	76.729	113.415
Telefones	10%	11.054	(10.067)	987	2.092
Total		<u>7.910.396</u>	<u>(5.945.809)</u>	<u>1.964.587</u>	<u>2.556.064</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos no início do exercício	2.556.064	2.924.571
Adições		
Equipamentos	41.100	30.003
Móveis e utensílios	9.296	58.276
Instrumentos musicais	78.090	207.389
Computadores e periféricos	4.114	71.710
Sub total	132.600	367.378
Baixas líquidas	(-)	(10.439)
Depreciações	<u>(724.076)</u>	<u>(725.446)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>1.964.587</u>	<u>2.556.064</u>

8 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC n.º 1.140/08.

Descrição	Taxa	2018	2017
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	<u>(97.177)</u>	<u>(97.177)</u>
		=	=

9 Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2018	2017
Material de escritório	31.358	27.795
Suprimentos musicais	28.590	29.817
Demais estoques	<u>27.378</u>	<u>30.210</u>
Total	<u>87.326</u>	<u>87.822</u>

10 Projetos

		2018	2017
Projeto a executar	<u>Curto Prazo</u>	<u>1.968.793</u>	<u>1.913.471</u>
Total		<u>1.968.793</u>	<u>1.913.471</u>

Projeto a executar referem-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

2018

	Saldo Anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Emesp (01/2013)	910.081	(910.081)	-	-	-	-
Contrato de Gestão - Projeto Emesp (05/2017) (a)	-	35.278.388	115.872	(34.058.200)	(132.600)	1.203.459
Outros Recursos (01/2013)	1.003.390	(1.003.390)	-	-	-	-
Outros Recursos (05/2017)	-	765.334	-	-	-	765.334
	<u>1.913.471</u>	<u>34.130.250</u>	<u>115.872</u>	<u>(34.058.200)</u>	<u>(132.600)</u>	<u>1.968.793</u>

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SEC para realização das atividades do plano de trabalho, vinculados ao projeto. De acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projeto a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados no projeto ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Fundos – Os fundos de reservas e de contingências foram reclassificados e demonstrados conforme Nota Explicativa nº 12.

Conforme cláusula contratual, a Associação deve apresentar trimestralmente à Unidade Gestora até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao termino do 1º, 2º e 3º trimestres, relatório de atividades do período, conforme sistema informatizado ou modelo da Secretaria, para verificação pela Unidade Gestora e pela Comissão de Avaliação quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão, contendo o comparativo das metas cumpridas x metas previstas.

Deve ainda, apresentar anualmente, relatório de atividades, para verificação pelas Unidades da Pasta e pela Comissão de Avaliação, quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão, contendo comparativo das metas cumpridas x metas previstas para os quatro trimestres do exercício. Está estipulado no contrato de gestão que os repasses das parcelas, pela Secretaria, serão feitos na proporção de 90% e 10%, onde 10% corresponde a parte variável que para a Associação receber dependerá da avaliação trimestral da Unidade Gestora, podendo gerar um ajuste financeiro a menor na parcela a ser repassada no trimestre subsequente, a depender dos indicadores de avaliação do cumprimento das ações estabelecidas no Plano de Trabalho – Ações e Mensurações.

A Administração da Associação entende que em 2018 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura.

(a) Contrato de Gestão nº 05/2017 – Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP TOM JOBIM), Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro (ORTHESP) e Teatro Caetano de Campos.

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina firmaram, em 29 de dezembro de 2017, pelo período de 2018 a 2022, Contrato de Gestão, que tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referente à Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP TOM JOBIM), Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro (ORTHESP) e Teatro Caetano de Campos.

Para o fomento e execução do objeto do contrato de gestão, conforme atividades, metas e compromissos especificados nos Anexos I,II,III e IV será repassado, no prazo e condições constantes no Anexo V – Cronograma de Desembolso, a importância global, prevista inicialmente, de R\$ 162.900.050,00, sendo que para o exercício de 2018 serão repassados os seguintes valores:

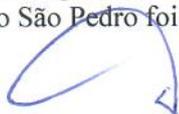
- (i) R\$ 1.811.838,00, serão destinados à composição do Fundo de Reservas;
- (ii) R\$ 1.690.747,00, serão destinados à composição do Fundo de Contingência;
- (iii) R\$ 2.256.270,00, serão destinados à conta operacional;
- (iv) R\$ 700.847,39, serão destinados à conta de provisões de natureza trabalhista, encargos sociais e contas a pagar;
- (v) R\$ 32.228.239,00, serão destinados à execução do Plano de Trabalho de 2018.

Em 2018, A EMESP, ofereceu 39 habilitações no curso de formação de músicos e foram matriculados 605 alunos, 45 habilitações no curso de especialização e foram matriculados 168 alunos e 84 cursos nos cursos Livres e foram matriculados 724 alunos, sendo atendidos ao longo do ano 1.497 alunos. Realizou 26 Master Classes, 43 Workshops, 4 palestras, 2 Intercâmbios com professores internacionais convidados, realizou o encontro internacional de musica antiga. Os Grupos Artísticos de Bolsistas realizaram 57 concertos para um público de 32.416, concedeu bolsa auxílio para 112 alunos por nove meses, ofereceu bolsas de estudos para 276 alunos cujos valores são de R\$ 2.000,00, por mês, para a Orquestra Jovem do Estado de São Paulo e de R\$ 1.200,00 para os demais grupos.

Realizou a temporada de apresentações de Ópera do Theatro São Pedro com as montagens: O Matrimônio Secreto (Domenico Cimarosa); Alcina (Georg Friedrich Handel); Kátia Kabanová (Leos Janáček) e Sonho de Uma Noite de Verão (Benjamin Britten), com público total de 9.833. A montagem Sonho de Uma Noite de Verão foi eleita a melhor ópera de 2018 pelo júri especializado da Revista Concerto e do Guia da Folha, que teve a direção musical de Cláudio Cruz e direção cênica de Jorge Takla. Realizou ainda 6 récitas no Theatro São Pedro de pocket óperas para um público de 2.586 pessoas incluindo 13 concertos com a ORTHESP, relativos a temporada de concertos líricos e instrumentais sinfônicos para um público de 5.388. Ofereceu ensaios abertos das temporadas de ópera e de concertos líricos e instrumentais sinfônicos, realizou a temporada de música de câmara do Theatro São Pedro e manteve o corpo estável da Orquestra do Theatro São Pedro, além de realizar 6 concertos didáticos.

Em 2018 foram captados através de Leis de Incentivo, bilheterias, cessões onerosas e cachê o montante de R\$ 1.964.538,00.

A pesquisa de qualidade dos serviços prestados, alcançou um índice de satisfação relativo ao ensino oferecido de 96,5% entre os alunos; de 99,4% entre os pais desses aluno. O índice de satisfação do público que prestigiou os concertos dos Grupos Jovens foi de 100% e do público dos eventos do Theatro São Pedro foi de 98%.



11 Salários e encargos sociais a pagar

	2018	2017
INSS a recolher	45.327	46.402
Outros encargos a recolher	-	-
	<u>45.327</u>	<u>46.402</u>

12 Recursos de reserva e contingências

(a) Recursos de reserva e provisões

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A Utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria.

(b) Recursos de contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea “g” do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que:

- 1) a Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.
- 2) os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.
- 3) Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
- 4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
- 5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.
- 6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em

títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

	2018	2017
Recursos de reserva (a)	2.013.118	1.811.838
Recursos de contingências (b)	<u>1.961.946</u>	<u>1.690.747</u>
	<u>3.975.064</u>	<u>3.502.585</u>

13. Recursos aplicados em ativos permanentes

	2018	2017
	<u>1.964.587</u>	<u>2.556.064</u>

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.556.064
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	132.599
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(-)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)	(724.076)
Ajuste de depreciação	-
Amortização do intangível	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.964.587

14. Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2018	2017
Contingências no passivo circulante	<u>623.777</u>	<u>409.981</u>

	2017	2018		Saldo
	Saldo Inicial	Adição	Utilização	final
Trabalhistas	<u>409.981</u>	<u>213.796</u>	(-)	<u>623.777</u>

	2018	2017
Contingências no longo prazo	<u>216.850</u>	<u>330.970</u>

	2017	2018		Saldo final
	Saldo inicial	Adição	Utilização	
Trabalhistas	<u>330.970</u>	=	<u>(114.120)</u>	<u>216.850</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 216.850 em 2018 (R\$ 330.970 em 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15. Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não é remunerada.

16. Patrimônio líquido

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

17. Recursos de contrato de gestão

	2018	2017
Projeto EMESP (05/2017)	34.058.200	30.930.503
	<u>34.058.200</u>	<u>30.930.503</u>

18. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *



Rosane Ghedin
 Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
 CRC/SP182786/O-8